

O ENSINO EXTENSIONISTA DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SUA ADAPTAÇÃO AO ESTUDO DA GESTÃO DE SAÚDE COLETIVA

1 INTRODUÇÃO

A relevância da ação proposta contida na presente atividade de extensão (em andamento) se encontra estruturada diante da pluralidade de correntes, movimentos e tendências sobre a moderna cultura jurídica do Direito Administrativo Brasileiro. Notadamente e, em especial, quanto ao esforço teórico-prático produzido por juristas especialistas no tema publicista e sua adaptação do erigir de um conhecimento técnico-doutrinário no sentido de estudar e sistematizar a gestão administrativa das instituições públicas aplicadas e concernentes à Saúde Pública Nacional.

Assim é que, se propôs o planejamento aqui contido no sentido de delinear atividade de extensão que concretará uma produção de conhecimento aliado à realização de atividades extensionistas presenciais e digitais como estudos, produção de conhecimento, palestras com desenvolvimento de saberes técnicos e participação de estudiosos além de pesquisadores da área da saúde coletiva. Isto, como um conjunto de atitudes para sensibilizar a classe discente e o segmento social da cidadania externa aos muros do pensamento universitário para um estudo dessa clivagem entre Direito Administrativo e a Saúde Coletiva Brasileira.

Diante da presente iniciativa acadêmica de natureza extra sala de aula, o público-alvo a ser contemplado são os discentes de faculdades de Direito, medicina e alunos de cursos técnicos envolvendo a matriz da saúde coletiva nacional, que estudem a disciplina Direito Administrativo aplicado à Gestão da Saúde, bem ainda os estudantes acadêmicos de outras universidades e faculdades que deverão ser necessariamente convidados a participarem, além da sociedade em geral, como elemento eficaz caracterizador da atividade de extensão.

2 OBJETIVOS

Tem-se como escopo geral, habilitar o público-alvo a um procedimento de aferição profissionalizante referente ao Direito Administrativo aplicado à Saúde Coletiva na perspectiva da crítica jurídica atualizada de caráter qualificante e aprofundador nessa área específica.

Quanto aos objetivos específicos: a) Busca-se desenvolver uma possível competência dialógica entre os discentes integrantes dessas atividades e estudos extensionistas; b) Qualificar os estudantes integrantes aprimorando suas habilidades na leitura científica dos institutos do Direito Administrativo; c) Ampliar a noção de equipe dentro de uma racionalidade comunicativa entre os componentes do quadro discente da disciplina no sentido de dotá-los de experiência na prática extensionista frente aos temas jurídicos na Pós Modernidade segundo fatores técnico-doutrinários relevantes dentro da extensão universitária; d) Ofertar ao público alvo a possibilidade de uma reflexão sobre a construção progressiva da doutrina publicista da gestão em saúde coletiva, oportunizando o momento vivido acerca do surgimento e possível produtividade científica de escolas, tendências, correntes, movimentos jurídicos do Direito Administrativo da Saúde Coletiva.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais que podemos considerar como “clássicos” empregados e envolvidos num projeto de extensão, como o aqui relatado, são: o auditório previamente reservado para os dias do evento, sistema de som com microfones, datashow para eventual apresentação de slides dos palestrantes, cartazes de divulgação confeccionados na gráfica universitária, disparo cíclico de e-mails coletivos para a comunidade universitária interna e externa, release jornalístico para a imprensa com o fito de convidar a sociedade. Além da estratégia de prospecção de dados técnicos e científicos para alimentar e fomentar os estudos e debates referentes aos encontros extensionistas com o público interno e externo do presente projeto de extensão, publicizáveis em link a ser hospedado no portal institucional da universidade.

Como metodologia aplicada vislumbram-se etapas reconhecidamente tradicionais que serão necessárias para execução das atividades propostas, a saber: 1) Planejamento dos essenciais campos temáticos a serem abordados; 2) Confeção do corpo do projeto de extensão; 3) Apresentação formal do presente projeto de extensão à instância institucional deliberativa e autorizativa; 4) Contínua organização e busca de materiais técnico-doutrinários mineralizando na web, acerca do recorte teórico da incursão extensionista; 3) Ampliação das leituras e pesquisas complementares; 4) Preparação dos conteúdos a serem apresentados nas exposições temáticas durante a realização semanal, mensal e semestral deste projeto de extensão; 5)

Sondagem, triagem e convite de possíveis palestrantes e convidados especialistas para participação presencial ou virtual com suas intervenções técnicas em temas referentes ao presente projeto de extensão; 6) Cadastramento da proposta do projeto no Sistema de Extensão da universidade, envio de ciência às unidades de ensino e divulgação dos eventos semanais e mensais perante a comunidade integrante do público alvo. 7) Realização contínua das atividades extensionistas semanais e dos eventos mensais nos dias aprazados, quando haverá a confecção de uma listagem de inscritos para conferir a frequência do público interno e público externo; 8) Avaliação das atividades desenvolvidas; 9) Redação do Relatório Final com as resultantes alcançadas alimentando o sistema eletrônico de registro de atividades de extensão universitária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com referência aos resultados esperados, tem-se o interesse primordial em desenvolver o nível técnico de conhecimento sobre a gestão administrativa da saúde pública. Além disso, temos que aqui se encontram fixados o fator potencial de maximização do entrosamento e harmonia entre a tríade fundamental da profissionalização universitária. Isto é, o ensino de sala de aula de uma disciplina de graduação que deve buscar estimular a pesquisa, desta feita, de caráter jurídico, de forma complementar ao ensino dentro da instituição, e que é exteriorizado numa atividade integrante extra curricular de natureza extensionista, a qual atinge a um público-alvo acadêmico universitário e potenciais segmentos da cidadania e da sociedade local.

Integra o elemento dos resultados a questão de procedimentos e instrumentos adotados para se alcançar a avaliação. Momento em que o docente responsável perante a atividade extensionista efetivada procederá a avaliação dos discentes participantes, considerando este projeto de extensão como um dos instrumentos de avaliação do semestre letivo da disciplina a que se vincula, levando em conta os seguintes instrumentos: I) Entrega de autoavaliação mensal e redação semestral final (à próprio punho – para evitar o famigerado “control c + control v da web), então relatando abordagens e aproveitamento discente; II) Frequência às atividades presenciais e virtuais do presente projeto de extensão; III) Observação do interesse acadêmico discente por meio da comprovação de leituras por meio de fichamentos, das intervenções, perguntas, contribuições dos alunos e público externo participantes.

Outra resultante esperada é o envolvimento do público-alvo que será convidado a se manifestar durante os debates após o período das exposições temáticas e será exigida para outorga de certificação a frequência obrigatória de 75% das sessões das atividades extensionistas do presente projeto, conforme cronograma e programação previamente planejada a sofrer divulgação. Será objeto de registro o nível de cordialidade e razoabilidade das respostas

ofertadas na interação entre discentes e público-alvo externo que estiver presente e com frequência comprovada nos eventos.

Acerca de uma discussão aguardada encontra-se, sem dúvida, a articulação entre o ensino e a pesquisa que será naturalmente demonstrada no decorrer das atividades semanais, mensais e durante os eventos de extensão deste projeto, quando os discentes confirmarão o seu potencial de leitura, estudo dos conteúdos programáticos semanais e durante as palestras com interesse discente nos eventos.

A discussão que se espera colher também encontra-se no envolvimento inter e multidisciplinar, vez que o presente projeto de extensão possui uma intenção finalística inter e multidisciplinar quando, a pretexto de se estudar, debater, pesquisar e compreender de forma extensionista esses conteúdos fundamentais do Direito Administrativo Pátrio; serão revelados componentes técnico-doutrinários como equipamento jurídico de gestar e bem administrar temáticas específicas referentes à Saúde Coletiva Brasileira. Bem ainda considerando o potencial formativo de estudos comparados da Gestão de Saúde.

É possível que tenhamos uma excelente repercussão no processo formativo, na produção e sistematização de conhecimentos. Uma vez que é evidente a reverberação no processo formativo dos estudantes integrantes do presente projeto extensionista, pois esses discentes deverão sofrer um procedimento de capacitação na interpretação de dados jurídicos e doutrinários lapidando suas respectivas formações intelectuais a partir de um componente crítico-emancipatório conhecendo mais aprofundadamente as revelações do pensamento jurídico publicista no Brasil que a disciplina Direito Administrativo aplicado à Saúde favorecerá e tem a contribuir para seus respectivos níveis de entendimento e exegese do conhecimento das instituições jurídicas nacionais. De igual forma, o público-alvo também poderá ser beneficiado pela capacitação de seus níveis cognitivos acerca de uma leitura produtiva, acadêmica e focada na abordagem da construção de um conhecimento jurídico de caráter investigativo, inspirando uma maior criticidade ao conhecer os diversos temas do Direito Administrativo adaptado e aplicado no sentido de interpretar as instituições da Saúde no Brasil, sem dúvida, área técnica inovadora que já conta com uma insurgente cultura científica específica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À título de epílogo desta empreitada acadêmico-extensionista, considerando o saber técnico publicista do Direito Administrativo em sua dogmática tradicional, constata-se um excelente desafio técnico em estudar temas relevantes como: o processo administrativo, os poderes e organização da administração pública, controle e serviços públicos, responsabilidade

e regime disciplinar no âmbito da gestão da saúde coletiva, licitação e contratos na gestão hospitalar, assim promovendo decodificações, numa verdadeira hermenêutica adaptativa à gestão de órgãos e instituições da saúde pública. Eis a capacitação teórico-prática do público-alvo para aperfeiçoar os níveis de conhecimento e produção de saberes quanto ao foco nuclear de estudos acerca das instituições versadas pela doutrina técnico-jurídica do Direito Administrativo Nacional aplicado, revisado e ajustado no que se refere a fatores específicos administrativos de gestão da Saúde Pública. Além de ofertar a possibilidade de treinamento aos discentes no que se refere ao desenvolver da competência extensionista científica nuclear: aprender o valor da vivência na extensão universitária envolvendo administração pública. Conforme referências fundamentais abaixo demonstradas.

REFERÊNCIAS

- BRAGRICHEVSKY, Marcos; ESTEVÃO, Adriana (Organizadores). **Saúde coletiva: dialogando sobre interfaces temáticas**. Ilhéus: Editora Editus, 2015.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Dialética, 2018.
- KURCHNIR, Rosana Chigres; CHORNY, Adolfo Horácio; LIMA E LIRA, Anilka Medeiros. **Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde**. Florianópolis: Departamento da Ciências da Administração (UFSC), 2014.
- MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2008.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2016.
- PESSOA, Erik Alves. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Editora Método, 2022.
- SANTOS, Erlene Roberta Ribeiro dos. **A tomada de decisão no cotidiano do gestor de saúde: tecnologias, instrumentos e estratégias de atuação**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- SOUZA, Alessandra Varrone de A. Prado. **Direito médico**. Rio de Janeiro: Editora Método, 2021.